

O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA TRAJETÓRIA A SER CONTADA

EL PARQUE NACIONAL DEL IGUAZÚ Y LA EDUCACIÓN AMBIENTAL: UNA TRAYECTORIA A SER CONTADA

Por ROSANI BORBA¹; MARCIA BORIN DA CUNHA²; MARIELE MUCCIATTO XAVIER³

Resumo

O presente artigo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica e documental acerca da prática de Educação Ambiental (EA) desenvolvida pelo Parque Nacional do Iguaçu. Tem por objetivo colaborar com a produção acadêmica sobre o parque, especialmente ao resgatar o histórico da educação ambiental e da formação de professores realizada no Parque Nacional do Iguaçu nos últimos 17 anos. Para tanto, apresenta-se um panorama geral da educação ambiental no Brasil, seus principais conceitos e legislações, além do histórico e caracterização do Parque Nacional do Iguaçu com apresentação da Escola Parque e sua influência, discutindo sobre a prática da educação ambiental realizada nesse contexto.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Formação Continuada. Escola Parque.

Resumen

Este artículo está constituido de una investigación bibliográfica y documental sobre la práctica de la Educación Ambiental (EA) desarrollada por el Parque Nacional do Iguaçu. Su objetivo es colaborar con la producción académica acerca del parque, para rescatar la historia de la educación ambiental y de la formación de profesores en el Parque Nacional do Iguaçu en los últimos 17 años. Por ello, presentamos una visión general de la educación ambiental en Brasil, sus principales conceptos y leyes, además de la visión histórica y la caracterización del Parque Nacional de Iguaçu, con presentación de la Escuela Parque, discutiendo sobre la práctica de la educación ambiental llevada a cabo en este contexto.

Palabras llave: Unidad de conservación. Formación Continuada. Escuela Parque.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGE, UNIOESTE, Foz do Iguaçu – robomba81@gmail.com

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Ensino – PPGE, UNIOESTE, Foz do Iguaçu – borin.unioetse@gmail.com

³ Analista Ambiental do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade – Parque Nacional do Iguaçu, Foz do Iguaçu – marielemucciatto@gmail.com

Abstract

This article is a bibliographical and documentary research about the Environmental Education (EE) practice developed by the Iguazu National Park. Its objective is to collaborate with the academic production on the park, especially in rescuing the history of Environmental Education and the training of teachers held in the Iguazu National Park in the last 17 years. In order to do so, it presents an overview of Environmental Education in Brazil, its main concept and legislation, as well as the history and characterization of the Iguazu National Park, with presentation of School Park discussing the practice of environmental education carried out in this context.

Keywords: Conservation Units. Continuing Education. School Park.

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) é uma importante unidade de conservação pelas suas características biológicas, territoriais e culturais. Há estudos, ainda que escassos, que abordam a história do Parque Nacional do Iguaçu no sentido de inventariar seus elementos e apresentar suas principais características, biológicas, territoriais e culturais. Porém, no que se refere à questão socioambiental, em especial com referência à Educação Ambiental (EA), o que se encontra são registros pontuais e fragmentados.

A EA é uma estratégia essencial para a gestão das unidades de conservação, no sentido de aproximar e envolver a comunidade do entorno “[...] na tarefa de conservar as diversidades natural, cultural e histórica desses territórios” (BRASIL, 2016). Com base nisso, o presente, que é parte de uma pesquisa de mestrado em Ensino, em andamento, tem como propósito analisar a prática da EA desenvolvida pelo PNI, mais especificamente em relação ao envolvimento de professores das escolas do seu entorno.

Como metodologia, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental utilizando os Planos de Manejo já realizados no PNI e outros documentos disponíveis no acervo do Parque Nacional do Iguaçu, bem como materiais disponíveis no Ministério do Meio Ambiente (MMA) e no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) que tratam da EA em unidades de conservação.

SOBRE A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O início do século XX marca um período de questionamentos a respeito do modelo da sociedade moderna em vigor no planeta Terra. As questões sociais, econômicas, políticas e ambientais configuram-se como estratégicas e tornam-se campo de disputas e estudos entre políticos e cientistas e cidadãos comuns. Neste cenário, emerge a Educação Ambiental (EA) a fim de integrar a questão ambiental aos processos educativos.

Porém, foi a partir da segunda metade do século XX que a EA tornou-se de fato elemento integrante de processos educacionais, seja nas escolas ou fora delas, em empresas, projetos sociais e comunidades.

Especificamente com a Conferência de Tbilisi, em 1977, instância em que se definiu o conceito da EA e as recomendações para a sua prática, utilizadas até os dias hoje.

No Brasil, as discussões legais sobre a EA se iniciaram na década de 1980 e segundo Zakrzewski (2003) adotaram o caráter reformista de EA, em que o ambiente era tido apenas como sinônimo de natureza e as ações desenvolvidas não condiziam com as recomendações da Conferência de Tbilisi.

A década de 1990 viu nascer uma “[...] EA socialmente crítica que propunha a associação da EA a uma análise crítica das realidades ambientais, sociais e educativas inter-relacionadas, visando à transformação das mesmas” (ZAKRZEWSKI, 2003, p. 40).

A partir de então diversos documentos legais de EA para o ensino formal foram produzidos, entre eles a Lei n. 9795/99, que institui a Política Nacional de EA no Brasil (BRASIL, 1999a), regulamentada pelo Decreto 4.281/02, no ano de 2002 (BRASIL, 2002), o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA) (BRASIL, 2005) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (DCNEA), no ano de 2013 (CRAVEIRO; MEDEIROS, 2013).

Apesar da existência de legislação e de inúmeras produções teóricas acerca da EA e, embora a escola tenha o dever, segundo as legislações brasileiras, de desenvolver a EA, este espaço não está de fato garantido.

Segundo Barcelos (2003, p. 81), quando se fazem pesquisas referentes à prática de EA no Brasil, o resultado tem mostrado haver inúmeras experiências interessantes, porém elas estão para “[...] além do cotidiano da sala de aula”. Corroborando com Barcelos, os autores Machado e Andrade (2015), afirmam a partir de pesquisas diagnósticas no Brasil, que os trabalhos de EA ainda ocorrem de maneira tímida e “marginal” nos diversos espaços que se propõem a incluí-la.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Apresentar o Parque Nacional do Iguaçu (PNI) exige uma gama de informações, que vão desde a história da ocupação territorial até as características físicas, biológicas, econômicas e sociais.

Há diversos materiais que trazem informações acerca deste Parque, que é considerado um patrimônio da vida, porém neste trabalho serão utilizadas como principais fontes publicações institucionais do próprio Parque e o último Plano de Manejo do PNI, atualmente em revisão.

ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

O Parque Nacional do Iguaçu é o maior Parque Nacional Brasileiro extra-amazônico. Situa-se numa região com características ambientais e geopolíticas de grande importância para o continente Americano. Ele está na confluência entre três países, Paraguai, Brasil e Argentina, mais especificamente na região oeste do estado do

Paraná, no Brasil e forma com o Parque Nacional de Iguazú, na Argentina, um importante contínuo de floresta, que juntos somam 252.882,5 ha.

A área atual do PNI é de 185.262,5 hectares com perímetro de 420 km. Destes, 300 km são constituídos por limites naturais representados por 04 rios, entre eles o Iguaçu, onde estão as Cataratas do Iguaçu. Nos 120 km restantes, estão os municípios de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Serranópolis do Iguaçu, Matelândia, São Miguel do Iguaçu, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques e Capanema, além de mais três que não são imediatamente vizinhos ao PNI, mas se encontram na chamada zona de abrangência, que são Medianeira, Vera Cruz do Oeste e Ramilândia.

A área do Parque Nacional do Iguaçu resulta do vulcanismo por fissura ocorrido entre 120 e 165 milhões de anos. Um dos maiores resultados visíveis desses episódios vulcânicos são as Cataratas, formadas pelo empilhamento de lava, formando degraus por onde descem as águas do rio Iguaçu e formam as famosas quedas d'água (MOREIRA, 2000).

OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DE PARQUE NACIONAL

Os Parques Nacionais são denominados de Unidades de Conservação (UCs). A origem desse conceito dá-se a partir da percepção e do entendimento de que o ser humano é parte distinta da natureza e faz dela sua fonte de recursos. Com a crescente apropriação dos elementos naturais, a partir da revolução industrial no século XVIII e, mais especificamente, com o modelo econômico capitalista, os “espaços naturais” tornam-se cada vez mais escassos, em função da apropriação e coisificação da natureza. Este fato desperta a necessidade de constituição de refúgios da vida natural ou selvagem, entendidos como redutos para a garantia de exemplares da biodiversidade, quase como uma “arca de Noé”, para guardar os tesouros da natureza.

Segundo Kropf (2014), neste modelo de parque nacional predomina a ideia de paisagens congeladas e sem presença de seres humanos. Tal idéia surge a partir do século XIX e perdura até 1960, quando se iniciam as ideias de multi e interdisciplinaridade. Porém, é na década de 1970, que mudanças mais significativas são de fato estabelecidas.

Assim como as concepções e atribuições da Educação Ambiental foram sendo discutidas e reformuladas a partir de congressos e conferências mundo afora, com relação à conservação da natureza não foi diferente. Graças a estes eventos é que o conceito de Unidades de Conservação evoluiu e passou a integrar outros aspectos que não exclusivamente os da natureza.

No Brasil as UCs estão divididas em Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável, estas categorias definem as finalidades, abrangência e usos das UCs, segundo o Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Tais áreas estão sujeitas a normas e regras especiais. São legalmente criadas pelos governos federal, estadual e municipal, após a realização de estudos técnicos dos espaços propostos e, quando necessário, consulta à população.

O Parque Nacional do Iguaçu se enquadra na categoria de Proteção Integral. É normatizado pelo Governo Federal e, assim como todas as UCs no Brasil, precisa possuir um plano de manejo. Desde a sua criação oficial em 1939, o PNI já elaborou dois planos de Manejo e atualmente está trabalhando na revisão do último que data do ano de 2000.

A HISTÓRIA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

A história do Parque Nacional do Iguaçu confunde-se com a história da chegada do europeu às Cataratas do Iguaçu, datada do ano de 1547, quando o espanhol, navegador e desbravador Alvar Nuñez Cabeza de Vaca passou pela região e descreveu as cachoeiras e a foz do rio Iguaçu. Foi por conta dessa característica geográfica e sua beleza cênica que o PNI inicia sua história.

Após a passagem de Cabeza de Vaca, a região voltou a ser ocupada pelos nativos e esquecida pelos europeus por três séculos, até a chegada do engenheiro do império, André Rebouças, o primeiro brasileiro a declarar a necessidade de tornar tal região um Parque Nacional, a fim de garantir a conservação de suas características para as futuras gerações. Numa época em que o conceito de parque nacional havia acabado de ser criado nos Estados Unidos da América, com a formação do primeiro parque nacional no mundo, o *Yellowstone*, Rebouças foi um visionário “[...] defendeu um parque nacional contínuo, ligando as Cataratas do Iguaçu a Sete Quedas pelo rio Paraná [...]” (CORRÊA, 2014, p. 31), cujo nome deveria ser Parque Nacional de Guairá.

Porém, tal proposta não foi aceita de imediato, e a região começou a ser povoada por brasileiros não indígenas em função da atividade comercial ligada à extração da erva mate e madeiras, chamada de *obrages*, que era dominada em especial pelos argentinos, o que também motivou a “[...] Instalação da Colônia Militar do Iguassú, em 1888 [...]” (VIEZZER et al., 2007, p. 24) a fim de defender as terras brasileiras na tríplice fronteira.

Com a colonização das terras do oeste do Paraná, grande parte da área onde atualmente é o PNI, era propriedade particular, em especial onde estão as Cataratas do Iguaçu. No ano de 1916, quando Alberto Santos Dumont visitou a região, vindo pela Argentina e maravilhado com a beleza das quedas, deu-se início seu último grande projeto, dizendo: “É injusto que essas terras estejam em mãos de particulares [...]” (CORRÊA, 2014, p. 62). Santos Dumont foi à Curitiba, capital do estado e convenceu o então governador Affonso Alves de Camargo sobre a importância de desapropriação da área das Cataratas do Iguaçu, que eram de propriedade de um paraguaio. Assim, em 31 de julho de 1916 a área de 1.008 hectares foi declarada de utilidade pública para o estabelecimento de uma povoação e um parque (CORRÊA, 2014).

A partir de então a área do Parque, que ainda não era nacional, começou a ser aos poucos ampliada. Em 1930, aumentou para 3.300 hectares e, em seguida, doada ao Governo Federal, que oito anos mais tarde, em 10 de janeiro de 1939, por decreto, o então Presidente da República Getúlio Vargas criou o Parque Nacional do

Iguaçu, no entorno das Cataratas. Com o passar dos anos, outras áreas foram sendo desapropriadas até chegar à área atual do PNI.

Em 1986 “[...] durante uma conferência da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), realizada em Paris, o PNI foi incluído na Lista de Patrimônio Natural da Humanidade” (VIEZZER, 2007, p. 39).

Pertencer à lista de Patrimônio Natural da Humanidade significa que o parque:

[...] atende aos critérios VII e X da Convenção do Patrimônio, que significam, respectivamente, possuir beleza natural excepcional e caracterizar hábitat de espécies ameaçadas e raras. Compartilha do mais extenso conjunto de quedas d'água (2.700 m) do mundo, a presença de espécies consideradas como ameaçadas (de acordo com a Red-list da IUCN)⁴, dentre elas, lontra (*Lutrolongicaudis*), onça pintada (*Panthera onca*), águia harpia (*Harpia harpyja*) (KROPF, 2014, p. 103).

Entretanto, estas características que deram ao PNI o título de Patrimônio da Humanidade perduraram até a década de 1980, pois o país vivia a era da expansão agrícola e ocupação do seu território e nesta região não foi diferente. Esse processo iniciou-se nas décadas de 1940 e 1950, quando houve a chegada de famílias inteiras de desmatadores a serviço de empresas interessadas em extrair madeira da mata que cobria boa parte do que atualmente constitui os municípios do oeste e sudoeste paranaense (VIEZZER et al., 2007).

Juntamente com as madeireiras, que iam “limpando” a área florestal, estava a cultura da caça, que acompanhava os imigrantes vindos do sul do Brasil, que sem nenhuma cerimônia abatiam animais nativos para alimentação, comércio e diversão.

Já havia na década de 1950 visitantes para as Cataratas, que sem nenhuma estrutura e tampouco controle, adentravam o Parque para visitar as Cataratas. Nesta época, “[...] os primeiros administradores do parque deixavam claro, em seus boletins, que as prioridades do turismo vinham à frente dos programas ambientais em sua agenda” (CORRÊA, 2014, p. 86).

Após inúmeros relatórios com solicitações de infraestrutura para o turismo, o então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, inaugurou em 1958, o Hotel das Cataratas, “[...] edifício construído num estilo Misiones que o cinema americano ajudara a espalhar pelo continente” (CORRÊA, 2014, p. 88).

Com esta estrutura, as visitas poderiam ficar por mais tempo no interior do PNI e assim exigiam também mais “benfeitorias” no local. As solicitações motivaram as direções dos chefes do Parque para as questões de organização do espaço de visitação nas cataratas, deixando de lado as questões de conservação, tendo em vista que as áreas vizinhas ao parque estavam sendo loteadas e ocupadas por culturas agrícolas e a extração de madeira e a caça inevitavelmente continuavam ocorrendo.

⁴ Lista Vermelha da União Internacional para Conservação.

O comércio de produtos nativos do Parque era rentável, famílias inteiras viviam dessa renda. A administração do Parque nada podia fazer, pois não tinha estrutura para combater a extração de recursos naturais. Além disso, havia pouco interesse em fazê-lo, pois eram priorizadas outras questões, como o turismo.

Com o tempo, tanto a caça quanto a extração de outros elementos naturais do Parque passaram a ser mais rigorosamente controlados, inclusive por força da legislação brasileira que amparou e obrigou tais mudanças. Contudo, isso não significa que nos dias atuais tais crimes deixaram de existir. Lamentavelmente, trata-se ainda de um dos grandes conflitos entre a comunidade e o PNI.

Outra questão conflituosa refere-se a uma estrada de 18 km, aberta em 1954 pelos colonos, na época da colonização desta região. Servia de ligação entre o sudoeste e o oeste, pelos municípios de Capanema e Medianeira e ficou conhecida como “Estrada do colono”. De acordo com o Plano de Manejo em vigor, esta estrada “[...] causa forte fragmentação de habitats além dos demais problemas ambientais decorrentes dessa ação, como atropelamento de animais, poluição e depósito de sedimentos nos rios” (MOREIRA, 2000, p. 19).

A Estrada do Colono, embora tenha sido fechada judicialmente pela última vez em 2001, continua sendo uma questão delicada entre o PNI e a comunidade, tendo em vista que há um forte movimento, por parte de lideranças políticas e econômicas, em especial nos municípios de Capanema, Medianeira e Serranópolis do Iguaçu para sua reabertura, deflagrando uma fragilidade a ser transposta.

A expansão agrícola modificou definitivamente a paisagem do entorno do Parque, e do estado do Paraná ao longo dos anos, restando muito pouco da mata original.

Em vista das amplas explorações que ocorreram durante décadas, o Parque Nacional de Iguaçu é um importante espaço no que se refere à conservação da biodiversidade. Segundo Kropf, (2014) a:

[...] paisagem conservada pelos parques é diversa e contém mosaicos de habitats igualmente relevantes. A floresta é um elemento importante para a preservação do rio e do regime hidrológico, regulação do clima, abrigo e alimentação para a fauna e flora. As condições específicas da Floresta Estacional Semidecidual resultaram em grande biodiversidade além de endemismos característicos da região (KROPF, 2014, p. 104).

Contudo, o ciclo de turismo na cidade de Foz do Iguaçu é ampliado especialmente em função da expansão agrícola nas cidades da região e a instalação dos municípios no entorno do PNI. Toda essa alteração muda definitivamente a forma de administrar o PNI.

A preocupação em proporcionar acesso dos visitantes às Cataratas do Iguaçu, presente desde muito cedo, e que inicialmente era natural e espontâneo, passou a ser questionado e avaliado, considerando não apenas o visitante, como também a integridade dos elementos naturais do próprio PNI. Tais questões levaram a várias mudanças estruturais na UC, que estão contempladas nos Planos de Manejo do PNI criados até hoje e que servem de subsídio para a revisão em curso no ano de 2016.

A ESTRUTURA DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

De acordo com a última versão do Plano de Manejo (PM) do PNI, datado de 2000, para que os objetivos do Parque sejam cumpridos, faz-se um zoneamento, o qual define as possibilidades e restrições de uso para cada espaço da Unidade e com base nele é que se definem as propostas de ação, especificadas nos programas e subprogramas.

Desta forma, o PNI está organizado em sete zonas, conforme apresentadas a seguir:

- Zona intangível: a qual representa a parte com maior grau de preservação, onde a integridade do ambiente não permite qualquer tipo de intervenção e que ocupa cerca de 60% da área total do PNI;
- Zona primitiva: áreas de mínima intervenção humana, onde ocorrem espécies da flora, fauna e fenômenos naturais de relevância científica. Permite-se atividade de pesquisa, educação ambiental, e no PNI há três distintas porções;
- Zona de uso extensivo: é constituída por áreas naturais com ações humanas, cujo objetivo é manter o ambiente com o mínimo de impacto, oferecendo acesso ao público para ações educacionais e recreativas de baixa intensidade, como áreas de trilhas, ilhas e estradas;
- Zona de uso intensivo: como o próprio nome diz, refere-se às áreas caracterizadas por ações antrópicas que oferecem serviços e facilidades aos usuários. Disponibiliza ações de uso público, com possibilidade de diversas atividades aos visitantes em geral. Compreende desde o centro de recepção de visitantes, a entrada e a sede do PNI, área de visitação das Cataratas, o hotel das Cataratas, trilhas do Macuco, Bananeiras, Poço Preto, o restaurante, além dos Postos de Informações de Céu Azul e Santa Tereza do Oeste;
- Zona histórico-cultural: são as áreas de ocorrência de manifestações históricas, culturais ou arqueológicas, que devem ser preservadas e restauradas. Compreende uma faixa entre a Zona de uso intensivo e a de uso extensivo;
- Zona de recuperação: compreende locais considerados alterados e nos quais se faz necessário remover espécies exóticas, a fim de restaurar os padrões originais da floresta (MOREIRA, 2000).

Em todas as Zonas, há questões que merecem destaque no sentido de necessidades e ações realizadas. Entre as questões que mais exigem ações de gestão está o uso humano direto na UC, seja nas atividades de lazer, de turismo, de pesquisa científica e de trânsito pelo interior da unidade, abrangendo em especial as Zonas de uso extensivo e de uso intensivo.

De acordo com a normativa dada pelo zoneamento e as demandas que surgem pelas legislações, pela dinâmica natural do local, pela população do entorno e pelos visitantes a UC se organiza, planeja e executa programas e subprogramas. Atualmente existem cinco programas que se subdividem em treze subprogramas,

estando entre eles os Programas de Uso Público e de Integração com a Área de Influência, referentes diretamente à população do entorno, bem como aos visitantes oriundos de locais mais distantes.

O Programa de Uso Público “[...] tem como objetivo geral ordenar, direcionar e estabelecer novas atividades de uso público para o Parque, realçando e valorizando os seus atributos naturais e culturais” (MOREIRA, 2000, p.24). É esse programa que orienta para as mudanças de infraestrutura de acesso ao Parque, cuja principal entrada se faz pelo município de Foz do Iguaçu, onde se localizam as Cataratas do Iguaçu, e que recebe em média 1 milhão e 400 mil pessoas/ano.

Embora o PNI tenha 75 anos de existência, os registros históricos mostram que por muitos anos a entrada de visitantes foi realizada de forma individual. Isto significa que cada visitante, embora pagasse (a partir da década de 1970) uma taxa de entrada, podia usar seu próprio veículo ou transporte coletivo municipal. Eram famílias inteiras que assavam churrasco e faziam piquenique ao longo da borda da mata, adentrando por meio de trilhas. Essas informações fazem parte de registros históricos que podem ser vistos principalmente no livro “Meu vizinho, o Parque Nacional do Iguaçu” (CORRÊA, 2014).

Segundo Martins (2010), desde a década de 1930, os moradores de Foz do Iguaçu já acreditavam na vocação turística do município por conta da presença das Cataratas do Iguaçu. Porém, tal fato se deu a partir da década de 1970, quando além da recente inauguração da ponte da Amizade, que liga o Brasil com o país vizinho, Paraguai, se inicia a construção da usina Hidrelétrica de Itaipu e a inauguração do aeroporto de Foz do Iguaçu. Esses fatores dão um *status* diferente ao município de Foz do Iguaçu, colocando-o no cenário nacional. Assim, começa de fato a estruturação do turismo no município, levando o PNI a iniciar mudanças na sua forma de receber visitantes. Data também da mesma década (1970) o primeiro Plano de Manejo do PNI, sendo o primeiro do Brasil.

Desde então, o acesso ao município e a visitação às Cataratas é intensificada, provocando estudos acerca da integridade do Parque, bem como estudos sobre como torná-lo cada vez mais conhecido desde que com a garantia da conservação da biodiversidade.

Tais dados motivaram o PNI a tornar-se o primeiro Parque brasileiro a adotar o modelo de exploração do turismo em UC, realizado em parceria com a iniciativa privada, por meio de concessões públicas. Este fato mudou radicalmente o acesso de visitantes ao PNI e às Cataratas (PNI, 2011).

O segundo programa do PNI é o de integração com a Área de Influência, que tem como objetivo “[...] estimular o comprometimento com a conservação da biodiversidade entre os moradores da Zona de Transição e da Área de Influência do Parque” [...] (MOREIRA, 2000, p.26).

Dentro deste Programa está o subprograma de Educação Ambiental. É papel deste subprograma “[...] estimular mudanças no comportamento da população local, promovendo a relevância do Parque como local de proteção dos processos e dos recursos genéticos e culturais” (MOREIRA, 2000, p.26).

Quando da elaboração do Plano de Manejo em vigência (2000), fazia parte do subprograma de EA “[...] a criação de um centro de excelência em educação ambiental no interior do Parque” [...] (MOREIRA, 2000, p. 26), a

fim de apoiar o sistema de ensino da região e ser referência. Com base nessa orientação foi constituída a Escola Parque.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SEU PAPEL NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

A Educação Ambiental (EA) tem uma trajetória que se inicia especialmente a partir da preocupação com a conservação e preservação dos elementos naturais e evolui para uma abordagem socioambiental. Desta forma, está presente na essência da constituição de Unidades de Conservação, tendo em vista que o principal objetivo de uma UC é a conservação da biodiversidade, da beleza cênica e a valorização das questões de ordem social e cultural que envolvem o território onde está inserida.

Desde a criação do PNI, uma das questões mais relevantes é a relação com a comunidade do seu entorno. Tal característica faz da Educação Ambiental um instrumento para a gestão da UC.

Especificamente a respeito do histórico da Educação Ambiental no PNI, não há registros seguros que datam o início da sua prática e nem como ocorria. Desde sua criação até o momento atual, o PNI teve quatro “[...] importantes instrumentos clássicos de planejamento e manejo. O primeiro deles é o Plano de Manejo (PM) publicado em 1981, o segundo é o Plano de Uso Público (PUP), de 1982, o terceiro é o Plano de Ação Emergencial (PAE), de 1994” (BRASIL, 1999b, encarte 6) e o quarto é o PM publicado em 2000.

O primeiro Plano de Manejo do PNI foi elaborado no ano de 1979 e implantado a partir de 1981, coincidindo com as primeiras definições para a EA em nível mundial, por ocasião da Conferência de Tbilisi (1977). Nesta época, segundo Correa (2014), era urgente regulamentar a questão fundiária, bem como agir em relação à grande quantidade de caça, extração de palmito e madeiras da floresta, o que sugere a existência de ações diretas com a comunidade do entorno e com os próprios funcionários do PNI. Tudo isso acontece sem ter a denominação de Educação Ambiental e tampouco com as bases teóricas e metodológicas recém iniciadas na década de 1970 e ainda incipientes no Brasil. Segundo o PM de 2000, já havia, tanto no PM de 1981 quanto no PAE de 1994, a presença do subprograma de Educação, muito embora os estudos de avaliação e diagnósticos sobre a eficácia das propostas presentes em tais documentos apontaram para a não execução das atividades previstas.

No PM de 1981, as atividades entendidas como de educação referiam-se a:

Ministrar aulas na escola do Parque sobre o Parque e a conservação da natureza; Divulgar a disponibilidade do Parque para observações práticas por estudantes e as facilidades que virão a existir para a interpretação e Elaborar programas audiovisuais (BRASIL, 1999b, encarte 1).

Ressalta-se que dessas atividades, apenas a última foi executada. Este fato deu-se de forma parcial, pois, conforme o documento havia apenas dois audiovisuais, sendo um institucional e um de EA.

Com referência ao Plano de Ação Emergencial de 1994, é possível notar diversos avanços em relação ao PM antecedente, no que se refere à EA. Pela primeira vez define-se a necessidade de um Programa de

Educação Ambiental voltado ao visitante, o qual possui quatro ações delimitadas, apontando para necessidade de parcerias com esferas Federal, Estadual e Municipal.

A Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu (PMFI) é citada por três vezes, quando se refere à elaboração e ao desenvolvimento do programa de EA no PNI, inclusive no que diz respeito à constituição de equipe de técnicos.

Além deste, houve a constatação da necessidade de EA no item de Relações com o Entorno, com a indicação de nove ações sob a expressão “educação ambiental”, sendo uma delas específica para “treinar professores dos municípios limítrofes” para desenvolverem a EA formal e informal. Esta foi a única desenvolvida, as demais foram parcialmente realizadas (BRASIL, 1994).

De acordo com registros extraoficiais e narrativas pessoais, esta parceria entre o PNI e a PMFI se deu no ano de 1999, mesmo ano em que o primeiro curso sobre o PNI aconteceu.

O plano de manejo de 2000⁵ traz a EA de forma mais efetiva quando a define como “atividade apropriada” juntamente com fiscalização, pesquisa, visitação e manutenção. O mesmo documento mostra que não havia quadro de funcionários efetivos para a EA, o que impossibilitou a realização de todas as atividades.

Além do número insuficiente de funcionários, a qualificação e o enquadramento funcional não permitem que eles possam desempenhar todas as atividades que uma UC, com as peculiaridades do PNI, exige para atingir seus objetivos primários de manejo, quais sejam, proteção, uso público, pesquisa e educação ambiental (BRASIL, 1999b, encarte 6).

Tal realidade não afetava apenas a execução, mas também o planejamento de ações necessárias. Em função das dificuldades de gerenciamento das atividades, foi firmado um convênio com a Organização Não Governamental (ONG) Sociedade de Pesquisa e Vida Selvagem e Educação (SPVS), a qual apontou oito ações prioritárias para a EA do PNI e sugeriu contratação de equipe terceirizada para os trabalhos de EA, considerando a inexistência no quadro funcional do PNI de servidores para tal setor.

A formação da primeira equipe para o setor da EA do PNI, mais especificamente a Escola Parque, ocorreu em 2000, por meio de terceirização paga pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, havendo, por um curto período de tempo, um servidor responsável pelo setor. Passaram pela Escola Parque cinco equipes diferentes, até que em 2009 uma servidora de carreira foi designada para assumir e coordenar o Programa de EA e de Gestão Participativa do PNI, e com ela uma equipe formada por 02 técnicos, contratados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO.

Ao final do ano de 2014, por uma mudança de contrato, os técnicos contratados foram demitidos e a equipe atualmente é composta pela servidora de carreira, uma recepcionista terceirizada e uma estagiária.

Para contribuir com as atividades e projetos da Escola Parque, a partir de 2010 foi implementado o Programa de Voluntariado do PNI, no qual, anualmente, estudantes universitários têm a oportunidade de conhecer e atuar nas ações do parque.

⁵ Documento em revisão no período desta pesquisa.

Uma das ações de EA do PNI é a formação para professores das escolas municipais do seu entorno, ação que desde o início das atividades da Escola Parque no ano de 2002 continua sendo executada, com exceção dos anos de 2008 a 2011 e 2016⁶, devido a questões administrativas.

ESCOLA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL-ESCOLA PARQUE

Uma das atribuições de toda UC é desenvolver programas de EA com os diversos atores sociais e instituições do seu entorno. Segundo o documento, Educação Ambiental em Unidades de Conservação (BRASIL, 2016), a educação ambiental formal é atribuição do Ministério da Educação (MEC), contudo as UCs, que estão ligadas ao Ministério do Meio ambiente (MMA) também têm a responsabilidade de promover a EA e, sobretudo de fazê-lo com as escolas.

No PNI, há uma Escola de Educação Ambiental, a Escola Parque, responsável pelos programas de EA da unidade de conservação. A Escola Parque, entre os anos de 1963 e 1988 foi escola de ensino regular e atendeu os filhos dos funcionários do PNI, bem como dos moradores do seu entorno. Ela foi desativada no ano de 1998, quando o ensino fundamental passou a ser de responsabilidade do município e a Secretaria Municipal da Educação avaliou que a escola era inviável e a desativou (VIEZZER et al., 2007).

Neste mesmo ano, houve a desativação do primeiro Centro de Educação Ambiental (CEA) em Foz do Iguaçu e a equipe que o coordenava procurou o chefe do PNI e propôs que o prédio da Escola Parque fosse transformado em uma Escola de Educação Ambiental, cuja primeira proposta foi uma formação sobre meio ambiente para professores das escolas municipais do entorno do parque (BORBA; BARQUEZ; CERUTTI, 2015).

O projeto foi aceito e a Escola de EA, Escola Parque foi de fato formalizada e inaugurada em 26 de janeiro de 2000, com uma parceria entre o PNI e a Prefeitura de Foz do Iguaçu.

O primeiro curso de EA para professores da rede pública oferecido pela Escola Parque ocorreu no ano de 2001 e se chamava “Educação Ambiental no processo educativo”, envolvendo 120 professores com uma carga horária de 80 horas. Além do curso, eram desenvolvidos trabalhos com guias de turismo e moradores do entorno (VIEZZER et al., 2007).

Porém, com a troca de administração do PNI no ano de 2003, a Escola Parque passou por um processo de replanejamento. O Parque solicitou o prédio à Secretaria Municipal da Educação e passou a coordenar a Escola. Além de um espaço para formação em EA, constituiu-se o Setor de Educação Ambiental, ligado à área de Conservação e Manejo do Parque.

Com isso, os trabalhos da Escola Parque se fortaleceram e ampliaram. A formação em EA oferecida aos professores e o atendimento aos alunos em visita ao PNI e às Cataratas continuou sendo prioridade. Entre 2004 e 2007 ofereceu-se o “Curso/Laboratório de Educação Ambiental no Processo Educativo”, envolvendo cerca de 200 professores ao ano.

⁶ Informação cedida pelo setor de EA do PNI via entrevista em maio de 2016.

O curso era realizado de março a novembro com a carga horária de cento e vinte horas (120), com doze (12) encontros presenciais. Além das aulas, todos os cursistas necessariamente deveriam desenvolver um projeto prático nas escolas em atuação, tendo o PNI como tema gerador. Ao final de cada curso, os participantes deveriam socializar o desenvolvimento dos projetos em um evento chamado de Seminário de Educação Ambiental da Escola Parque.

Os módulos do curso eram: fundamentos da EA; práticas pedagógicas em EA; recursos hídricos; análise da qualidade ambiental; unidades de conservação da natureza; legislação ambiental; flora; fauna; princípios e valores da sustentabilidade; turismo em áreas naturais; o ciclo do lixo e agroecologia.

Ao final do ano de 2007 houve uma pausa de quatro anos neste projeto, por questões administrativas. Entretanto, a Escola Parque manteve os demais projetos e atividades: Conhecendo o Parque Nacional do Iguaçu, Gincana Ecológica, datas comemorativas de meio ambiente, projeto Moradoras do Parque, entre outras.

Em 2012, com a chegada da servidora de carreira do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBIO) para coordenar a Escola Parque, algumas mudanças foram feitas, entre elas a retomada da formação para professores dos municípios limieiros ao PNI.

Em conjunto com representantes das prefeituras, estruturou-se o “Curso de Educação Ambiental em Unidades de Conservação”, também realizado em módulos presenciais. Foi mantida a elaboração de projetos práticos sobre o PNI, com apresentação e socialização em um evento ao final de cada ano.

Segundo Xavier, Silva e Guilhardi, o curso tem por objetivos:

[...] discutir sobre a educação ambiental e o Parque Nacional do Iguaçu; promover e estimular processos educativos com professores da rede municipal de ensino; fortalecer a prática da educação ambiental nos municípios do entorno do parque e orientar a construção de projetos de educação ambiental a serem implementados nas escolas envolvidas [o projeto orienta-se por uma] Educação Ambiental crítica, dialógica e emancipatória, respeitando a realidade dos diferentes sujeitos e promovendo a troca e construção de conhecimento entre eles (XAVIER; SILVA; GUILHARDI, 2015, p. 166).

Trata-se de um curso em constante avaliação que iniciou oferecendo 30 vagas, distribuídas entre os 14 municípios limieiros. Ao final do segundo ano, em função de uma demanda do município de Foz do Iguaçu, o maior entre eles, passou a oferecer o dobro de vagas, sendo 30 vagas para os 13 municípios e 30 vagas para o município de Foz do Iguaçu, obedecendo à mesma estrutura de módulos e temas que tratavam de Educação Ambiental, seu histórico, definição, principais correntes teóricas, legislação ambiental, com ênfase em Parques Nacionais e informações específicas sobre o PNI, como histórico e principais características.

A parceria entre as Secretarias Municipais de Educação e outras instituições possibilitou que o curso no ano de 2015 se tornasse um curso de extensão da graduação em Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) campus Foz do Iguaçu.

O evento de apresentação dos projetos recebeu o nome de “Seminário de Educação Ambiental do

Parque Nacional do Iguaçu”. Realizado ao final do desenvolvimento dos projetos, configura-se como oportunidade de socialização das experiências e de formação, além de autoavaliação para cada cursista, que mostra seu trabalho, assiste e conhece todos os outros e ainda participa de palestras e oficinas com temas correlatos ao que foi tratado ao longo do curso.

Importa ressaltar que a elaboração e execução de projetos práticos, que promovem diversos desdobramentos na região onde o PNI está inserido, é exigência dos cursos oferecidos pela Escola Parque. Essa perspectiva foi considerada desde a primeira versão do curso de EA da Escola Parque, ou seja, os projetos são exigidos e realizados. São mais de 15 anos de tal prática, embora sem resultados sistematizados por meio de estudos acadêmicos. A vivência no interior desse espaço possibilita perceber mudanças positivas ocorridas ao longo dos anos, tais como: possibilidade de moradores dos municípios do entorno conhecerem o PNI e visitarem as Cataratas do Iguaçu; a participação destes em ações práticas no PNI; a elaboração e desenvolvimento de projetos motivados pelos cursos e adotados por prefeituras e comunidades nos municípios; a única oportunidade de formação sobre a EA para muitos professores dos municípios do entorno do PNI; entre outras.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A partir dessa pesquisa foi possível, além de resgatar e registrar informações acerca da EA praticada no PNI, identificar ao longo da sua história, a preocupação em incorporar a EA desde a década de 1980, quando esta se inicia legalmente no Brasil.

Tal informação é proveniente dos Planos de Manejo do PNI e mostra também uma conexão entre a direção do Parque e as orientações e discussões sobre a EA em nível nacional, mais especificamente quanto à legislação.

Assim como a EA passou por processos de evolução conceitual ao longo da sua história no Brasil, os objetivos da EA no PNI acompanharam tal movimento.

Na década de 1970 e 1980, quando a EA em nível nacional estava voltada a prevenir e resolver problemas de ordem estritamente ecológica, de caráter reformista, o PNI incluiu no seu Plano de Manejo (de 1981) a necessidade de atividades na Escola Parque bem como a elaboração de materiais audiovisuais sobre o PNI, seguindo a mesma orientação de EA reformista, caracterizada pela macrotendência Conservadora (LAYRARGUES; LIMA, 2014). No entanto, na prática a EA não se configurava prioritária na gestão do PNI, considerando que apenas uma das atividades previstas no PM de 1981 foi executada e ainda de forma parcial.

A década de 1990 marcou uma evolução da EA nacional, com os eventos e documentos orientadores, influenciando a elaboração dos próximos Planos de gestão do Parque; do Plano de Ação Emergencial - PAE de 1994, que incluiu a expressão Educação Ambiental e a orientou para parcerias e ações com o público do entorno; e do PM de 2000, que instituiu o setor de EA e a Escola Parque como responsável pelos programas de EA. A partir de então a EA passou a atuar de forma organizada, efetiva e planejada.

Do ano de 2004 até os dias atuais, a EA praticada no PNI passa a ser orientada pela macrotendência crítica, considerando que inclui nas suas ações o uso de documentos orientadores e práticas que vão além da conservação e preservação da floresta, provocam a reflexão e a promoção de ações socioambientais contextualizadas, como o curso para professores. Este, apesar de ter mudado de nome algumas vezes e passado por alterações de carga horária e organização, teve sua base teórica mantida, conforme a organização dos módulos dos cursos de 2004 a 2007 e de 2011 a 2015.

Outro ponto a ser ressaltado é quanto ao compromisso do PNI com a educação formal. Embora o Parque esteja ligado ao Ministério do Meio Ambiente e, desta forma, não tenha compromisso legal de tratar da EA de caráter escolar, pois isso está sob a responsabilidade do Ministério da Educação (MEC), o PNI, por meio da Escola Parque, teve o curso de EA para professores como seu primeiro projeto previsto em PM e executado. Demonstra, assim, a importância que o PNI atribui à escola, enquanto instituição capaz de contribuir com a sua gestão.

O PNI, por meio da Escola Parque e sua história de implementação da EA, desempenha papel importante no seu território, considerando que as unidades de conservação, juntamente com outras instituições, “[...] são importantes para o delineamento de projetos político-pedagógicos territoriais que pautem e sejam pautados por políticas públicas capazes de promover mudanças significativas no atual estado de degradação socioambiental” (SORRENTINO, 2015 p. 16).

Está em curso a revisão do PM do Parque Nacional do Iguaçu, em que a comunidade está sendo ouvida e consultada. Esperamos que a partir desse processo participativo, a EA se fortaleça enquanto ferramenta colaborativa para a gestão, conservação e preservação deste patrimônio natural da humanidade, em especial com relação à continuidade do curso de EA para professores dos municípios do seu entorno, que, embora já consolidado, necessita de ajustes e fortalecimento que pode acontecer por meio de parceria com outras instituições do território, tais como as Universidades.

REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo. “Mentiras” que parecem “verdades”: (re)pensando a educação ambiental no cotidiano da escola. In: ZAKRZEVSKI, Sonia B. A educação ambiental na escola: abordagens conceituais. Erechim, RS: Edifapes, 2003. p. 81-89.

BRASIL. Educação ambiental em unidades de conservação: ações voltadas para comunidades escolares no contexto da gestão ambiental pública. Brasília, DF, 2016.

_____. Decreto nº. 4.281 de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei n. 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 25 jun. 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm>. Acesso em: 4 jan. 2016.

_____. Lei n.º 9.795, de 27 de dezembro de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 27 abr. 1999a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm>. Acesso em: 4 jan. 2016.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO. Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu. 1999b. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/plano-de-manejo>>. Acesso em: 21 abr. 2016.

_____. Ministério do Meio ambiente. Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA. Brasília, DF, 2005.

_____. Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal. Parque Nacional do Iguaçu: Plano de Ação Emergencial. Brasília: IBAMA, 1994.

BORBA, Rosani; BARQUEZ, Roseli; CERUTTI, Maria. Histórico e vivências de um coletivo educador: o caso de Foz do Iguaçu. In: RAYMUNDO, Maria H. A.; BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos. (Orgs.) Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. p. 62-68. Disponível em: <<https://issuu.com/thaisbrianezi/docs/como-construir-pp-ebook-01>>, Acesso em: 2 mar. 2016.

CORRÊA, Marcos de Sá. Meu vizinho, o Parque Nacional do Iguaçu. Cascavel, PR: Tuicial, 2014.

CRAVEIRO, Clélia B. A.; MEDEIROS, Simone. (Orgs.). Diretrizes curriculares nacionais para a educação básica: diversidade e inclusão. Brasília: Conselho Nacional de Educação; Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17212-diretrizes-curriculares-nacionais-para-educacao-basica-diversidade-e-inclusao-2013&category_slug=marco-2015-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 mar. 2016.

KROPF, Marcela S. Ultrapassando fronteiras na gestão da biodiversidade: o caso dos Parques Nacionais do Iguaçu (Brasil)/Iguazú (Argentina). 2014. 304 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais e Florestais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Florestais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LAYRARGUES, Philippe P.; LIMA, Gustavo F. da C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. Ambiente & Sociedade, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 24-40, jan./mar. 2014.

MACHADO, Júlia T.; ANDRADE, Daniel F. A ambientalização das instituições de educação superior e seus desafios. In: RAYMUNDO, Maria H. A.; BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos. (Orgs.) Como construir políticas públicas de

educação ambiental para sociedades sustentáveis? São Carlos: Diagrama Editorial, 2015. p. 109-117. Disponível em: <<https://issuu.com/thaisbrianezi/docs/como-construir-pp-ebook-01>>, Acesso em: 2 mar. 2016.

MARTINS, Lavinia R. M. de. O turismo na história de Foz do Iguaçu, PR. 2010. 182 f. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Camboriu, SC, 2010. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Lavinia%20Raquel%20Martins%20de%20Martins.pdf>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

MOREIRA, Tereza. Plano de Manejo Parque Nacional do Iguaçu: resumo executivo. Brasília, ago. 2000.

PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU - PNI.Contextualização, conflitos e ações. Foz do Iguaçu, PR, 2011.

SORRENTINO, Marcos. Apresentação. In: RAYMUNDO, Maria H. A.; BRIANEZI, Thaís; SORRENTINO, Marcos. (Orgs.) Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis? São Carlos: Diagrama Editorial, 2015.São Carlos /SP: Diagrama Editorial, 2015. p. 16-19. Disponível em: <<https://issuu.com/thaisbrianezi/docs/como-construir-pp-ebook-01>>, Acesso em: 2 mar. 2016.

VIEZZER, Moema L. et al.Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade: caminhada no coletivo educador da Bacia do Paraná III e Entorno do Parque Nacional do Iguaçu. Foz do Iguaçu: Itaipu Binacional; Ministério do Meio Ambiente, 2007.

XAVIER, Mariele M.; SILVA, Daniela B. F.; GUILHARDI, Franciéle. A educação ambiental na conservação do Parque Nacional do Iguaçu. In: CARNIATO, I. et al. (Orgs.). Educação ambiental: redes e sustentabilidade. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2015. p. 163-174.

ZAKRZEVSKI, Sonia, B. A educação ambiental na escola: abordagens conceituais. Erechim/RS: Edifapes, 2003.